ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 2002.

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dois, às dezenove horas e quarenta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência do vereador José Lauri Brill, estando ainda presentes os seguintes edis: Ricardo Trierweiler, Paulo Antônio Medtler, Airton José Weber, Luiz José Spaniol, Dário José Kuhn, Adelar Henrique Schmitt, Lori Magdalena Messer e Angelino Ferreira Neckel. O Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou, de imediato, ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, a procedência da leitura da Ata da reunião ordinária anterior. Procedida a leitura, colocou-a em discussão, sendo que ninguém se manifestou. Passando-se à votação da mesma, foi aprovada por unanimidade. Em continuidade passou-se a leitura da **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, onde constavam: Da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul-UVERGS, o Of.Circ.Nº005/02-GP/SE, convidando os edis para a Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 25(vinte e cinco) de janeiro do ano em curso, às 16(dezesseis) horas, no auditório do Centro Administrativo Fernando Ferrari. E o programa do III(terceiro) Curso Técnico para Presidentes de Câmaras e Assessores Técnicos dos Legislativos Municipais do Rio Grande do Sul, a realizar-se nos dias 24(vinte e quatro) e 25(vinte e cinco) de janeiro, no Centro Administrativo, em Porto Alegre. Do Poder Executivo Municipal, o Of.Cam.Nº004.Gab/2002(ofício Câmara número zero zero quatro ponto gabinete barra dois mil e dois) encaminhando o Projeto de Lei que cria, extingue cargos de provimento efetivo, aumenta número de cargos de provimento em função de confiança de assessor de secretário, e dá outras providências. Do vereador Airton José Weber, o Of.nº004/AJW/2002(ofício número zero zero quatro barra dois mil e dois), solicitando que fosse colocado sob apreciação plenária e se recebido voto favorável da maioria, encaminhado ao Poder Executivo Municipal o Ofício de Nº003/2002(número zero zero três barra dois mil e dois), que seguia em anexo. Em continuidade passou-se às **EXPOSICÕES PESSOAIS**. Expôs o Presidente da Mesa Diretora, que nenhum edil havia se inscrito para usar da palavra neste espaço. Como se faziam presentes o Prefeito Municipal e o Secretário da Educação, atendendo convite do vereador Luiz J. Spaniol, feito na reunião anterior, concedeu-lhes, o Presidente da Mesa Diretora, a palavra. Fazendo uso da palavra o Prefeito Municipal, Senhor João Gilberto Stoffel, saudou os vereadores e demais presentes. Após passou a palavra ao Secretário da Educação, uma vez que esse, à pedido seu, havia feito os levantamentos e juntado os dados necessários para apresentar os devidos esclarecimentos sobre o Projeto de Lei que dispunha sobre a concessão de auxílio financeiro a estudantes de ensino médio e estudantes universitários. Fazendo uso da palavra o Secretário da Educação, saudou os presentes. Em seguida fez apontamentos que levaram a Administração Municipal, a Secretaria da Educação, a se empenhar durante o ano de 2000(dois mil) e 2001(dois mil e

um) na luta de tentar conseguir encontrar forma de viabilizar a concessão de auxílio financeiro a estudantes do ensino médio e universitários. Destacou o crescente aumento da demanda do auxílio, fazendo relato do número de alunos ano após ano a partir de 1995(mil novecentos e noventa e cinco). Observou o Secretário da Educação, que a Administração gostaria de ter continuado a conceder o auxílio nos mesmos índices, mas que a crescente demanda inviabilizava o mesmo, pois a municipalidade precisava olhar para todos os setores. Também destacou que um dos fatores foi a diminuição do repasse de recursos do FUNDEF, sobre os quais fez relato dos valores repassados nos últimos anos e as perdas que o Município tivera. Expôs o Secretário, que a necessidade de alteração nas bolsas de estudos também se devia a pedido dos bolsistas, pois que questionaram os termos da exigência do tempo de residência no Município, a realização da prestação de serviços uma vez que a exigência de trabalhar no Município após concluído o curso muitas vezes não era possível por não existir vaga na área, o que levava a Administração a exigir somente a prestação de serviços quando convocados, e ainda a questão da forma que era exigida a frequência às aulas. Destacou também, que outro fator fora a necessidade de a Administração adequar-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei N°9.394/96(número nove mil trezentos e noventa e quatro barra noventa e seis), a qual exigia que o Município era responsável pela educação infantil, creches e pré-escolas, com prioridade ao ensino fundamental, e somente permitida a atuação em outros níveis de ensino se plenamente atendidas as necessidades básicas de competência. Nesse sentido, expôs, que a creche não mais atendia a demanda, sendo necessário a construção de mais salas, o que deveria acontecer no presente ano, com a construção de duas salas para abrigar a educação infantil. Fez também, relato do número de crianças que eram atendidas na educação infantil, bem como das exigências necessárias na manutenção desse ensino e os custos elevados que esse arrecadava, visto que permaneciam em turno integral no local, além dos profissionais. Também destacou o Secretário, as dificuldades enfrentadas no transporte escolar, visto que eram poucos os recursos dos entes federal e estadual. Observou que Presidente Lucena oferecia exclusivamente o transporte escolar para alunos de escola estadual enquanto que a rede municipal não era beneficiada com transporte. E que a lei exigia que o Município em cooperação investisse no ensino fundamental e no ensino médio, sendo exclusividade do Estado. Só que no ano de 2001(dois mil e um) o Estado investira R\$8.371,70(oito mil trezentos e setenta e um reais e setenta centavos) enquanto que o Município tivera o gasto de R\$44.833,00(quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e três reais) com o transporte de alunos, considerando somente os ônibus licitados, não incluído o microônibus do Município que fazia o transporte durante o dia. Ainda em sua explanação, expôs o Secretário da Educação, que era insustentável continuar com o auxílio nos moldes em que havia sido iniciado em 1995(mil novecentos e noventa e cinco), quando eram beneficiados 5(cinco) alunos, e com R\$300.000,00(trezentos mil reais) a mais em caixa que não eram retidos pelo FUNDEF, além de menor número de crianças na creche. Também fez leitura de ofício recebido pelo Prefeito em novembro de 1999(mil novecentos e noventa e nove) do Conselho Municipal da Educação externando

preocupação com a concessão do auxílio, visto que o Município poderia estar ferindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além de haver o risco de tornar-se inviável devido a crescente demanda. Frisou o Secretário, em seus esclarecimentos, que não tratava-se de corte do auxílio, e sim de adequação. Aproveitou também a oportunidade o vereador Airton J. Weber, para questionar o fato de o então candidato a Prefeito João Gilberto Stoffel, ter colocado em seu programa de governo que daria continuidade a concessão do auxílio. Manifestando-se o Prefeito, expôs que estava dando continuidade a concessão do auxílio, propondo somente uma adequação. Observou o vereador Airton J. Weber, que quando colocava-se que daria-se continuidade, entendia que seria dar seqüência ao que existia. Manifestou-se o Prefeito, dizendo que foram feitas várias reuniões com os universitários e que havia certa concordância desses, com o que estava sendo proposto. Também destacou, o Secretário da Educação que quando tiveram ciência dos números que o auxílio representava, haviam, ele, o Secretário da Fazenda e o Prefeito, se reunido em reuniões com os universitários durante o ano de 2001(dois mil e um) para discutir a viabilidade da continuidade da concessão. E que mesmo a Administração Municipal e o Conselho Municipal da Educação tendo se colocado a disposição para discutir a questão, receber sugestões, ninguém se manifestara no sentido de apresentar solução, fato que havia obrigado a Administração a apresentar o Projeto de Lei com o que julgava ser possível executar. Interrogado o Secretário da Educação, pelo vereador Adelar H. Schmitt, sobre os valores gastos com bolsas no ano de 2001(dois mil e um), respondeu, que fora o valor de R\$54.175,43(cinqüenta e quatro mil cento e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos), além de ter relatado os valores gastos desde 1998(mil novecentos e noventa e oito). Expôs que no segundo semestre de 2001(dois mil e um) não haviam sido abertas inscrições para concessão do auxílio, pois senão teria-se passado certamente de R\$65.000,00(sessenta e cinco mil reais). Indagou também na oportunidade, o vereador Adelar H. Schmitt, qual era a perspectiva para o presente ano, caso tivesse sido dada continuidade ao auxílio. Respondeu o Secretário da Educação, que a perspectiva era de a cada semestre 10(dez) alunos solicitarem o benefício. Observou o vereador Adelar H. Schmitt que se tivesse sido dada continuidade, teria havido um gasto a mais até o final do ano, de mais ou menos R\$30.000,00(trinta mil reais). E que comparado ao Orçamento do Município de quase três milhões, representava 1%(um por cento), e que a seu ver valeria a pena investir esse percentual a mais em faculdade. Falou também o vereador Adelar H. Schmitt, que muita gente deixaria de estudar, se fosse feita a redução do auxílio, pois que muitos não tinham condições de arcar com os custos de uma faculdade. Manifestou-se o Secretário da Educação, dizendo que talvez até seria possível continuar por algum tempo com a concessão dos 50%(cinqüenta por cento), sacrificando-se alguns outros setores, mas que chegaria num ponto que iria-se tornar inviável, e que havia a necessidade de planejamento de olhar-se para o futuro. E que a Lei exigia que o Município gastasse 25%(vinte e cinco por cento) da arrecadação, com educação, mas que esse índice já estava sendo superado. E nem tudo que era investido em educação podia ser computado como investimento nesse setor, pois o valor gasto com

esse auxílio para os estudantes já não entrava nesse índice. Destacou, que educação não era somente cumprir os dias letivos e a carga horária e sim garantir que a mesma tivesse qualidade, e nesse sentido, o ensino fundamental carecia de investimentos. Também destacou o Prefeito, que o pai de família queria colocar sua criança na pré-escola e que não poderia dizer para esse, que não havia vaga por que os recursos estavam sendo gastos com estudantes universitários. No que disse o vereador Adelar H. Schmitt, que não estava dizendo que fossem tirados recursos de um setor para colocar em outro, dentro da educação. Observou o Prefeito, que o vereador Adelar H. Schmitt, esperava que fosse tirar recursos da saúde. Manifestou-se o vereador Adelar H. Schmitt, dizendo que 1%(um por cento) era fácil de tirar, pois cada setor da administração poderia contribuir com décimos do índice. Observou o Secretário da Educação, que o gasto a mais não representaria somente 1%(um por cento), pois somado o investido com universitários e o que deixava-se de investir no ensino primário, representava muito mais. Ainda fez na oportunidade, o Prefeito Municipal, análise de todos os gastos que o Município tinha com educação e que não eram sua incumbência. Na explanação, colocou ainda, o Secretário da Educação, que o proposto no Projeto de Lei, era fruto de um estudo, e que não estava-se apresentando algo sem fundamentos. Aproveitou também a oportunidade, a vereadora Lori M. Messer, para dizer que se não fosse feito o ajuste no presente, e isso acontecesse no próximo ano, se os estudantes que então estivessem usufruindo do benefício, também não seriam prejudicados. Também no momento, aproveitou a oportunidade o Presidente da Mesa Diretora para dizer que não discordava do vereador Adelar H. Schmitt, mas que como ficaria a questão do transporte para os alunos do ensino fundamental da localidade de Linha Nova Baixa, que gostariam de usufruir do benefício. Disse que os pais questionavam o fato de haver auxílio para os universitários e a ausência de transporte para os alunos do ensino fundamental, os quais tinham que se deslocar a pé, no inverno, até a escola, fato que considerava ser injustiça. Também destacou o Presidente da Mesa, que muitos pais, por não haver mais vaga na creche, não tinham onde deixar seus filhos para poderem ir trabalhar sossegadamente. E que seria bom se houvesse a possibilidade de atender a ambas as partes. Na oportunidade, expôs o Prefeito Municipal, que a decisão de ter que diminuir o percentual do benefício fora a mais difícil que tivera que tomar, pois que gostaria de ter dado continuidade com os 50%(cinquenta por cento). E que brigara com o Secretário da Administração e da Educação, mas que diante dos números fora obrigado a reconhecer que não era viável dar continuidade. Em sua explanação, frisou o Secretário da Educação, que o Governo Federal havia deixado claro, que no momento que um município tivesse condições de investir na educação infantil, ensino fundamental e ainda conceder auxílio de 50%(cinquenta por cento) a estudantes de nível superior, que esse não precisava de recursos federais. E se o Município deixasse de receber recursos federais por estar investindo na educação que não era de sua competência, deixava de ser de 1%(um por cento) o gasto com ensino superior. Questionado, durante a exposição, o Secretário da Educação, pelo vereador Airton J. Weber, sobre o fato de ser maior que 25%(vinte e cinco por cento) o corte, fez análise do Projeto de Lei, artigo por artigo, explicando o que

determinavam. Expôs durante a análise, o Secretário, que estava sendo mantido o auxílio também para o ensino médio para que aqueles que só quisessem fazer curso técnico pudessem ser beneficiados. Reconheceu também que de fato estava sendo um pouco maior a redução uma vez que o auxílio seria somente sobre 8(oito) créditos, e não sobre o total que o aluno estivesse cursando. Também explicou como ficaria a situação desses alunos que tinham bolsa e que ainda estava em vigor quando da suspensão. Sendo que seria observada a proporcionalidade até serem atingidos os três anos previstos no Projeto de Lei. Destacou também as mudanças que estavam sendo propostas por esse projeto em relação à lei que concedia o benefício e as falhas que essa tinha. Expôs também, o Secretário da Educação que apesar da redução, o benefício seria importante. Na oportunidade, observou o vereador Luiz J. Spaniol, que no último fim-de-semana dois municípios haviam-no procurado e exposto que se houvesse a redução do auxílio, não teriam condições de continuar estudando. Observou ainda o vereador Luiz J. Spaniol, que a Administração seria cobrada por causa desse projeto, e que os vereadores também seriam cobrados, pois a população questionava o voto do edil. No instante, manifestando-se o Prefeito Municipal, expôs que por meio dessa proposta, o auxílio seria mais justo que da forma anterior, pois quem era rico fazia 7(sete), 8(oito) cadeiras, enquanto que o pobre fazia uma ou duas e ambos recebiam os 50%(cinquenta por cento) sobre o total. E que agora não importava, pois que todos tinham direito a mesma fatia. Destacou ainda, o Secretário da Educação que deveria-se incentivar os alunos a obter bolsas oferecidas pelas próprias universidades, governo federal e estadual. Questionou também durante a explanação, o vereador Adelar H. Schmitt, o Secretário da Educação, sobre o número de alunos que estavam sendo beneficiados com bolsa. Respondeu o Secretário, que eram 53(cinquenta e três). Ao que observou o vereador Adelar H. Schmitt que esse número não fechava com os dados apresentados pelo Executivo quando respondera a pedido de informação que encaminhara a quatro ou cinco meses, pois que a informação havia sido de que eram 38(trinta e oito). Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que somando-se os números apresentados no anexo do Projeto de Lei, chegava-se ao total de 43(quarenta e três). Colocou o Secretário da Educação, que houvera um equívoco, pois que fora apresentado o número, incluindo-se a projeção de mais dez que teriam solicitado o auxílio no segundo semestre de 2001(dois mil e um), caso tivessem sido abertas as inscrições. Referente a questão, comentou o vereador Airton J. Weber, que até achara estranho o fato de em entrevista ao jornal O Diário, no mês de agosto de 2001(dois mil e um), o Secretário ter dito que eram 56(cinquenta e seis) alunos os beneficiados até o primeiro semestre. Observou o Secretário da Educação, de que teria que verificar como havia sido exatamente a entrevista, mas que provavelmente esse número significava o total de alunos que estavam e que já haviam recebido o auxílio. Concluídos os esclarecimentos, agradeceu o Secretário da Educação, a oportunidade. Também agradeceu o Presidente da Mesa Diretora, ao Secretário da Educação e ao Prefeito os esclarecimentos. Após passou-se para a apreciação das proposições apresentadas. Pediu ao Secretário da Câmara, servidor Cesar A. Karling, que procedesse a leitura do ofício de N°003/2002(número zero zero três barra dois

mil e dois) apresentado pelo vereador Airton J. Weber, dirigido ao Poder Executivo Municipal deste Município. Por meio deste alertou sobre o fato de a Administração Municipal não ter cumprido o estabelecido no Art.13(artigo treze) da Lei Municipal N°317(número trezentos e dezessete) de 1°(primeiro) de fevereiro de 2001(dois mil e um) e manifestando desejo de que o Executivo cumprisse o determinado. Colocado em discussão, perguntou a vereadora Lori M. Messer, do que tratava essa Lei. Respondeu o vereador Airton J. Weber que era referente a emenda apresentada pelo vereador Adelar H. Schmitt, e aprovada, ao Projeto que instituía o Controle Interno da Prefeitura. E que não se lembrava ao certo do conteúdo da emenda mas que por meio desta o Controle Interno deveria encaminhar na segunda quinze de dezembro um relatório para a Câmara. Passando-se à votação do encaminhamento do ofício, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade, passou-se à **DISTRIBUIÇÃO DE PROJETO**. Sendo entregue à Comissão Geral de Pareceres, o Projeto de Lei N°008/2002(número zero zero oito barra dois mil e dois) que criava, extinguiu cargos de provimento efetivo, altera o número de cargos de provimento em função de confiança de Assessor de Secretário, e dava outras providências. Em seqüência, passou-se para a **ORDEM DO DIA**. Pediu o Presidente da Mesa Diretora ao Presidente da Comissão Geral de Pareceres, vereador Airton J. Weber, que apresentasse os pareceres aos Projetos que estavam em pauta. Procedendo dessa forma o Presidente da Comissão Geral de Pareceres, vereador Airton J. Weber. Após procedeu o Presidente da Mesa Diretora a leitura do parecer ao Projeto de Lei N°02/2002(número zero dois barra dois mil e dois), que instituía o calendário de eventos esportivos municipais para o exercício de 2002, e dava outras providências. No parecer a Comissão se manifestou favorável ao Projeto, considerando que o calendário permitiria ordenar a realização das atividades esportivas do Município. Visto que esporte era sinônimo de bem estar, era importante que as atividades fossem organizadas de forma que maior número de munícipes pudesse participar. Colocado o Projeto em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, procedeu o Presidente da Mesa Diretora a leitura do Parecer ao Projeto de Lei N°03/2002(número zero três barra dois mil e dois), que instituía o calendário de eventos culturais do Município de Presidente Lucena para o exercício de 2002, e dava outras providências. No parecer a Comissão se manifestou favorável ao Projeto, considerando que o calendário de eventos permitiria organizar a realização dessas de forma que não ocorressem atividades simultaneamente. Dessa forma evitaria-se que fossem realizadas duas atividades no mesmo dia, em prejuízo à uma ou outra. Colocado o Projeto em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade passou-se para o período do **GRANDE EXPEDIENTE**. Aproveitou o instante, o Presidente da Mesa Diretora para expor que no domingo havia se encerrado o campeonato municipal de futebol de 2001(dois mil e um), com um pouco de atraso, mas que o mesmo havia sido realizado com sucesso. Destacou, que o atraso ocorrera devido ao fato de várias partidas terem sido adiadas por motivo de festas e chuva. E que o campeonato alcançara seu objetivo, que havia

sido de integrar as comunidades. Também aproveitou para convidar a todos a prestigiarem a solenidade de entrega dos troféus, que ocorreria na próxima sexta-feira, à noite, no campo de futebol do Esporte Clube União da localidade de Morro do Pedro. Como mais nada houvesse para ser deliberado declarou encerrada a Reunião, convocando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 30(trinta) de janeiro, do corrente ano, às dezenove horas e trinta minutos no mesmo local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Secretário e Presidente da Mesa Diretora.

SECRETÁRIO

PRESIDENTE